



20 de junho de 2022

ATIVIDADES REALIZADAS PELO SINDILEX

Data-base 2022



Em Assembleia realizada em 14 de fevereiro passado, a categoria definiu a pauta de reivindicações da Data-base 2022.

Durante os meses de fevereiro a abril, o Sindilex realizou tratativas com as administrações da Câmara Municipal e do TCM para atendimento das demandas dos servidores.

A Assembleia do dia 09 de maio retiratificou a pauta de reivindicações, considerando as propostas apresentadas pelas Administrações.

[Acesse as pautas de reivindicações do Sindilex](#)

Tribunal de Contas: Campanha Salarial 2022

O Sindilex continua lutando pela aprovação dos itens da campanha salarial para o ano de 2022 dos servidores do Tribunal de Contas.

No dia 04 de maio, a presidência do TCM protocolou o projeto de lei PL 325/2022, que trata da recomposição inflacionária relativa ao **período março/2019 a fevereiro/2022, no valor de 20,94%**, parcelando da seguinte forma:

- **11% a partir de 1º de março de 2022;**
- **4,38% a partir de 1º de março de 2023;**
- **4,38% a partir de 1º de março de 2024.**

Obs: A metodologia de cálculo utilizada foi a de capitalização composta.

Durante os meses de maio e início de junho, o Sindilex realizou visitas aos gabinetes de vereadores, em especial os de lideranças partidárias (vide boletim atual e anteriores). Nessas visitas, o Sindilex tem defendido a aprovação do PL 325/22, assim como a aprovação dos demais projetos de equiparação dos servidores do TCM com os da Câmara, quais sejam os PLs 118/2019 e 293/2019.

Além disso, o Sindillex tem mobilizado os servidores e esses, em especial os servidores do TCM, têm marcado presenças na Câmara Municipal e no início da sessão plenária do TCM. Tais atividades têm o objetivo de demonstrar preocupação com a reposição da inflação, considerando que o projeto de lei estava em descompasso com o PL dos servidores da Câmara Municipal já aprovado.

No dia 08/06/2022, o projeto de lei do reajuste dos servidores do TCM (PL 325/2022) foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara.

Na última quarta-feira, dia 15/06/2022, este PL deu entrada na Comissão de Administração Pública, comissão na qual tramitará nos próximos dias. Posteriormente, seguirá para a Comissão de Finanças e Orçamento para apreciação e votação para, então, ser encaminhado para duas votações em Plenário com interstício de 48 horas entre a primeira e a segunda votações.

O Sindilex continuará atuando na Câmara e no TCM visando à aprovação dos PLs 325/22, 118/2019 e 293/2019.



Câmara Municipal: Teletrabalho

Após a aprovação do reajuste e das atualizações dos auxílios alimentação, refeição e saúde, o Sindilex está trabalhando outros itens da pauta de demanda como teletrabalho e concurso, nestes casos, dos servidores da Câmara Municipal.

Para tanto, o Sindilex organizou reunião com servidores do Legislativo paulistano no dia 13/junho, para debater e organizar a demanda da implementação do teletrabalho definitivo. Esta reunião contou com a presença de 38 participantes, entre eles servidores da Câmara e diretores do Sindilex.

O presidente Daniel Santos e o vice-presidente Miguel Lima apresentaram as medidas que o Sindilex está realizando para garantir a segurança dos servidores, em decorrência do iminente fim do prazo do Ato da Mesa da Câmara 1543/22. Assim, foi pontuada a solicitação de prorrogação do regime de teletrabalho emergencial, considerando o retorno da elevação dos níveis de contaminação pela Covid19. Além disso, o Sindilex formou comissão composta por membros da diretoria, a qual acompanhará a implementação do teletrabalho definitivo e apresentará propostas de aperfeiçoamento do Ato nº 1.495/20, que dispõe sobre a matéria.



Aposentados: isenção do Iprem para doenças graves

No dia 14/04/22, o Fórum de Entidades Sindicais do município de SP encaminhou ofício para o executivo solicitando a reversão do Decreto Municipal nº 65.151 de 18 de março de 2022, que acabou com a isenção do IPREM para os aposentados com doenças graves. Em 30/05/22 foi encaminhado novo ofício reiterando o pedido, mas até o momento não se obteve resposta.

O Sindilex participa do Fórum de Entidades e foi signatário dos ofícios encaminhados.

Veja os ofícios nos links a seguir:

[Ofício 0042022 - Isenção Contribuição Previdência](#)

[Ofício 062022 - Reiteração de pedido de resposta ao Ofício 042022](#)

Ante a possibilidade da não reversão da medida, o Sindilex promoverá ADI e ações individuais contra tal decreto que considera injusto. Os advogados do Sindilex estão concluindo a peça da ação e convocaremos reunião com os aposentados que estão sendo penalizados.

ATIVIDADES SINDILEX

Reunião de Diretoria

No dia 08 de junho passado, o Sindilex reuniu sua Diretoria Executiva de forma online, para debater a seguinte pauta:

1) Reajuste TCM – Encaminhamento: pela continuidade das mobilizações dos servidores visando sensibilizar vereadores e conselheiros para a necessidade de igual tratamento das demandas entre os servidores da Câmara e do TCM.

2) Teletrabalho na Câmara – Encaminhamentos: realizar reunião com Secretário Geral Administrativo (SGA); formação de comissão interna do Sindilex para análise e acompanhamento da implementação do Ato de teletrabalho; e, por fim, divulgar no próximo boletim o posicionamento do sindicato.

3) Sampaprev na Câmara – Encaminhamento: demandar da Administração da Câmara que distribua formulário para opção/migração ao regime de Previdência Complementar do município (Sampaprev). Tal formulário é dever da Administração e um direito do servidor desde a entrada em vigor da Emenda 41 à Lei Orgânica do Município em março/22. Definiu-se a necessidade de uma reunião com SGA para se tratar sobre o tema.

4) Outros assuntos: levantou-se a necessidade de estudo nas duas Casas sobre a metodologia de cálculo do valor da sexta parte, considerando o artigo 97 da Lei Orgânica do Município que assegura que esse adicional de tempo de serviço deve ser calculado sobre os vencimentos integrais e não sobre o padrão.

ATIVIDADES SINDILEX

Reunião da Comissão Paritária

No dia 13 de junho ocorreu, de forma virtual, a reunião da Reunião Comissão Paritária Mista de Negociação Permanente, que contou com a presença de representantes do Sindilex e das administrações da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas.

Tratou-se da Pauta de reivindicações da Data-base 2022, com destaque para o reajuste do TCM, o concurso na Câmara e do teletrabalho também na Câmara.

Pautou-se, ainda, o debate sobre a falta de um formulário a ser distribuído pela Câmara que permita o servidor usufruir de seu direito de realizar opção pelo regime de Previdência Complementar (Sampaprev). Tal documento deveria ter sido distribuído na data de entrada em vigor da Emenda à Lei Orgânica nº 41 em março deste ano.

ATIVIDADES SINDILEX

Reunião com SGA da Câmara

No dia 14 de junho, o presidente Daniel Santos e o vice-presidente Miguel Lima reuniram-se com o Secretário Geral Administrativo (SGA) da Câmara Municipal. Foram temas desta reunião:

- **Teletrabalho:** o SGA, Senhor Mário Marchietto, informou os procedimentos que estão sendo desenvolvidos para a implementação do teletrabalho definitivo. Destacou que o processo está sendo realizado com calma para a melhor formatação, considerando que acredita que o teletrabalho emergencial ainda permanecerá por certo tempo.
- **Concurso:** o SGA informou que estão sendo realizados levantamentos preliminares de pessoal, de forma que entende que é mais factível definir sobre a possibilidade de um concurso no próximo ano.
- **Adesão à Previdência Complementar (Sampaprev) na Câmara:** O SGA informou que iria levantar o andamento da questão, levando em conta os prazos previstos em lei (Emenda 41 à LOM).

VISITAS AOS SETORES TCM/SP E CÂMARA/SP

Tribunal de Contas

14 e 15/junho

O presidente do Sindilex Daniel Santos esteve presente no Tribunal de Contas, tendo conversado em setores da administração e dialogado com os servidores sobre as reivindicações da data-base/2022.

Câmara Municipal

14 e 15/junho

O presidente Daniel Santos e o vice-presidente Miguel Lima realizaram visitas aos setores da Câmara e conversaram com os servidores sobre as reivindicações da data-base 2022.

Gabinetes de vereadores

Para tratar das pautas de reivindicações, o Sindilex tem promovido reuniões e visitas aos gabinetes de vereadores.

16/maio

Reunião no gabinete do vereador Isac Félix, com a assessoria.

LEGISLATIVOS PELO BRASIL



BOLETIM LEGISLATIVO PAULISTANO

Câmara debate concessão do Aeroporto de Congonhas

Em Audiência Pública da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (CCJ), a Câmara Municipal debateu, nesta quarta-feira (15/06), a concessão do Aeroporto de Congonhas, atendendo ao requerimento oficializado pela Vereadora Sandra Tadeu.

A Audiência contou com a participação do secretário nacional de Aviação Civil, Ronei Saggioro Glanzmann, que explicou que a permissão de exploração por empresas privadas nos aeroportos brasileiros está no décimo ano e na sétima rodada, o que resultou na privatização de 44 aeroportos.

A próxima rodada de prevê a concessão para a iniciativa privada de 15 aeroportos no Brasil com investimento de aproximadamente R\$ 7,3 bilhões e contrato de 30 anos. Entre os aeroportos estão dois localizados na cidade de São Paulo – Congonhas que contará com investimento de R\$ 3,3 bilhões e Campo de Marte que deverá receber R\$ 330 milhões.

Leia a matéria completa em:

<https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/concessao-do-aeroporto-de-congonhas-e-tema-de-audiencia-publica-na-camara/>

LEGISLATIVOS PELO BRASIL



Mensagem do Presidente da Fenalegis

Após dois anos de muitos desafios de uma pandemia que impactou o mundo, ainda cansados, recuperando o fôlego das perdas humanas e financeiras que a Covid-19 nos impôs, nos vemos diante de grandes lutas como o debate da data base, a criação de comissão paritária de negociação (um apoio legítimo aos servidores junto a Mesa Diretora), a ampliação do projeto do Representante da Câmara Municipal junto à Fenalegis e os cursos e palestras para valorização e aperfeiçoamento dos servidores, parlamentares e cidadãos.

Eu, Eduardo Carrion, atual presidente da Fenalegis, dou boas-vindas a todas e todos os membros da nova diretoria nessa empreitada que é fortalecer e proteger os direitos dos servidores públicos dos Legislativos Municipais do Brasil, apoiar o movimento sindical, promover o debate democrático com as Mesas Diretoras e ampliar a comunicação com a população.

Dirijo-me também, principalmente, a todas e todos servidores para que conheçam a FENALEGIS - Federação Nacional dos Servidores dos Legislativos e Tribunais de Contas Municipais, pronta a colaborar e trabalhar para um Legislativo mais forte e participativo.

Sigamos juntos e juntas contando com a Fenalegis sempre!

Eduardo Carrion

Presidente da Fenalegis 2022-2025 e Secretário-Geral do Sindilex 2022/2024



TRIBUNAIS DE CONTAS PELO BRASIL



Sistema de integridade nos Tribunais de Contas

A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB) lançaram orientações para a adoção de sistema de integridade nos Tribunais de Contas. A adoção desses sistemas é uma prática cada vez mais comum na administração pública como forma de fortalecer iniciativas que detectem e previnam desvios de conduta e atos ilícitos, como fraudes e corrupção, nas relações entre as instituições e seus públicos.

Leia mais em:

<https://atrimon.org.br/atrimon-e-irb-lancam-orientacoes-para-a-adocao-de-sistema-de-integridade-nos-tribunais-de-contas/>

SINDICALISMO PELO BRASIL



Lives da Conacate

A Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado (Conacate), entidade a que o Sindilex é filiado, está finalizando a série de lives sobre “O Brasil que queremos”. E para fechar com chave de ouro a próxima semana será de intenso diálogo sobre Segurança Pública.

Próxima terça-feira (21/06), às 19h.

Acompanhe a LIVE pelo

<https://www.facebook.com/conacate>

<https://www.youtube.com/Conacate>

Nesses endereços você também consegue assistir às LIVES anteriores e se informar sobre o cenário atual de temas como democracia, proteção social, meio ambiente, educação, reforma tributária e outros.



SINDICALISMO PELO BRASIL

FRENTE PAULISTA EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO

A Importância das Eleições Parlamentares

A Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, da qual o Sindilex participa, e que reúne cerca de 80 sindicatos, associações e outras entidades representativas do funcionalismo público estadual, realizou a palestra “A Importância das Eleições Parlamentares na Luta Contra as Reformas Neoliberais”, com Vladimir Nepomuceno, assessor, consultor de entidades sindicais e diretor da Insight Assessoria Parlamentar.

Se você perdeu, assista em:

<https://www.facebook.com/frentepaulistaemdefesadoservicopublico>

<https://fb.watch/dHReoQLNG/>

ARTIGOS

Pacto federativo e pisos em saúde e educação sob erosão no PLP 18/2022

Por Élide Graziane Pinto

O Congresso Nacional pretende, por meio do Projeto de Lei Complementar 18/2022 (PLP 18/2022), classificar como essenciais os bens e serviços relativos aos combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo. A principal finalidade do aludido projeto é limitar a alíquota máxima do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de tais itens.

A perda de arrecadação decorrente do PLP 18 para estados, Distrito Federal e municípios foi estimada em até R\$ 115 bilhões pelo Comitê Nacional dos Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz). As compensações em debate no Senado são insuficientes para reequilibrar os impactos da proposta tanto sobre as contas subnacionais, quanto sobre os pisos em saúde e educação, os quais são deveres de aplicação mínima de determinados percentuais de impostos e transferências de impostos nos estados, DF e municípios. Tomando como base a estimativa do Comsefaz para a perda global de arrecadação do ICMS, o custeio da educação pública pode ser reduzido em cerca R\$ 30 bilhões (haja vista o impacto no piso em manutenção e desenvolvimento do ensino e também no Fundeb), enquanto o financiamento da saúde tende a ser encolhido em aproximadamente R\$ 15 bilhões.

(...)

Fato é que os serviços públicos essenciais no Brasil estão erigidos sobre dois pilares, a saber, vinculação orçamentária e organização federativa solidária, os quais deveriam garantir — em reforço recíproco — a dimensão objetiva dos direitos à saúde e à educação e do arranjo sistêmico da seguridade social.

Na tensão entre estabilização monetária e efetividade dos direitos sociais, tem sido historicamente recorrente a erosão das proteções constitucionais a esses últimos. Desvincular receitas, reduzir o escopo dos regimes de gasto mínimo e restringir o alcance interpretativo de transferências intergovernamentais equalizadoras das distorções federativas tornou-se estratégia reiterada, ao longo do tempo, de uma falseada e frágil agenda de controle da inflação.

(...)

É preciso defender o federalismo conjuntamente com os pisos em saúde e educação, porque a guerra fiscal brasileira perpassa ambas as dimensões: inibição de receitas e descentralização de despesas, sem suficiente equalização federativa dos recursos e das responsabilidades de custeio na consecução dos direitos fundamentais.

Sem tal defesa concomitante, será empreendida de forma ainda mais veloz e evidente a erosão dos direitos sociais, em seus arranjos federativo e financeiro, em desconstrução do eixo de identidade da Constituição de 1988.

Eis, em suma, a razão pela qual reputamos inconstitucional, do modo como está pautado, o PLP 18/2022, em seu escopo nuclear de redução da capacidade de custeio dos serviços públicos essenciais nos estados, DF e municípios, sobretudo em face do retrocesso que impõe aos pisos em saúde e educação.

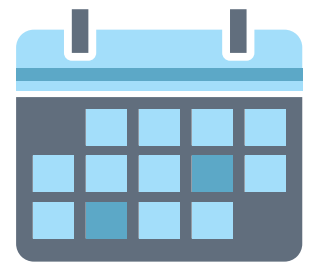
Élida Graziane Pinto é professora da FGV-SP e procuradora do Ministério Público de Contas do TCE-SP

Originalmente publicado na Revista Consultor Jurídico de 14/06/2022.

Leia o artigo completo em:

<https://www.conjur.com.br/2022-jun-14/contas-vista-pisos-saude-educacao-erosao>

MARQUE NA SUA AGENDA



21/junho, às 11h



com os advogados do
escritório INNOCENTI

SOBRE ADESÃO AO

**SAMPA
PREV**

Inscreva-se antecipadamente para esta reunião:

https://us06web.zoom.us/meeting/register/tZAvcu6orDgrH9ditVa_4tyoFLKlz_0gGSvr

Visite nosso site www.sindilex.org.br e saiba mais.